

Sarney aposta no avanço tecnológico

Ao viajar para China, Presidente tenta romper hegemonia dos grandes

GIVALDO BARBOSA



Na base aérea, Sarney passa o cargo a Ulysses e embarca para um voo de, no mínimo, 28 horas

A aproximação com a China e com os países do Terceiro Mundo no mesmo nível de desenvolvimento criará condições para que o Brasil tenha uma política internacional mais aberta e, ao mesmo tempo, possa romper com a hegemonia dos países desenvolvidos em alguns setores tecnológicos. Esta expectativa foi manifestada pelo presidente José Sarney, ontem no Palácio da Alvorada, antes de viajar à China, na parte da tarde.

O Presidente ressaltou a importância da visita àquele país que, conforme disse, servirá para complementar a economia dos dois países e assegurar a participação de ambos " neste fantástico mundo das descobertas científicas que está começando e que se está chamando de a terceira Revolução Industrial". Nesse contexto, afirma o Presidente, a China é um país importantíssimo para o Brasil, porque representa no Oriente aquilo que o Brasil representa no Ocidente. "Nós temos o mesmo nível de industrialização. Somos países que temos os mesmos problemas, mas também as mesmas capacidades", disse José Sarney.

Durante a visita serão assinados acordos sobre processos industriais, sobre energia, visando, neste caso, o intercâmbio de tecnologia na construção de usinas hidrelétricas, além de acordos de transportes e no setor espacial, no controle das grandes epidemias, na produção de medicamentos, setores onde a China é mais avançada tecnologicamente que o Brasil. A entrevista do presidente é a seguinte:

Eu achei que seria do interesse da imprensa e também para dar conhecimento ao País conceder esta pequena entrevista sobre a nossa viagem à China. Antes eu queria fazer um pequeno relato sobre as motivações desta viagem. Ela se insere nos desdobramentos da nossa política exterior. O primeiro passo que nós tomamos logo que assumimos o Governo foi que a nossa política exterior tivesse a sua prioridade voltada para a América Latina. A necessidade de superarmos divergências com nossos vizinhos, fazer uma política de aproximação de forma a criar um clima em que se pudesse iniciar na América Latina um tipo de relacionamento que pudesse colocar os nossos países no rumo da economia dos conjuntos, buscando o mercado latino-americano e ao mesmo tempo estabelecendo mecanismos em nosso continente que pudessem assegurar em termos de futuro uma cooperação bem mais estreita com vistas a enfrentarmos o desafio tecnológico que nós esperamos até o início do século. Este objetivo foi conseguido em primeiro lugar com os acordos de Itaipu, quando nós regularizamos as nossas relações com a Argentina. Em segundo lugar, prosseguimos os acordos de integração, cuja etapa mais recente foi a inclusão do Uruguai na Declaração de Caracas. Além dos mecanismos continentais que nós estabelecemos com o Grupo dos Oito, com o de Cartagena, com o Grupo de Contadora.

Enfim nós passamos a ter uma América Latina mais articulada, mais integrada com a presença do Brasil. O Brasil tinha há muito seus olhos voltados para o norte. Ele não tinha naturalidade em relação a política internacional no sentido sul-sul e também no sentido continental. Agora nesta segunda etapa a visão é de que nós devemos nos aproximar fora do continente dos países do mesmo nível do Brasil, com o mesmo objetivo. Criarmos mecanismos de unidade que possam complementar as nossas economias e assegurar a nossa participação neste fantástico mundo das descobertas científicas que está começando e que se está chamando de a terceira Revolução Industrial.

Neste contexto, a China é um país importantíssimo para o Brasil, porque é um país que representa no Oriente aquilo que o Brasil representa no Ocidente. Nós temos o mesmo nível de industrialização. Somos países que temos os mesmos problemas, mas também as mesmas capacidades. Então, uma aproximação do Brasil com a China, e em seguida com países do Terceiro Mundo e em desenvolvimento do nosso mesmo nível, criará sem dúvida condições para que o Brasil tenha uma política internacional muito mais aberta e, ao mesmo tempo, que possa criar condições de rompermos com a hegemonia dos países desenvolvidos em alguns setores tecnológicos. A minha viagem à China já foi programada há bastante tempo. Tive até que adiar em face da conjuntura interna, por não termos terminado os trabalhos da Constituinte. Quando ela foi marcada, a nossa visão era de que a esta altura nós já tivéssemos a Constituinte com seu trabalho concluído. Também ela se insere dentro do cômputo de estreitamento de relações bem como de nós correspondermos à colocação que a China teve de acordo com os nossos pontos de vista. Vamos recordar que tivemos a visita aqui, logo em 85, em outubro de 1985, do primeiro-ministro Zao Ziang, que hoje é o secretário-geral do Partido Comunista Chinês, e com ele tive uma conversação muito clara àquela época, muito aberta sobre estes objetivos, que nós dizíamos de um estreitamento maior dos países de nosso nível, das potências de nível médio, vamos dizer assim.

Tivemos uma grande receptividade sobre estes pontos de vista que coincidem com os pontos de vista do primeiro-ministro Zao Ziang, sobretudo porque até no fato de que a distância que existe entre o Brasil e a China, em vez de ser um fator de separação é um fator de facilidade para este tipo de relações, porque as tensões que se verificam em relação ao continente asiático e no contexto de que participa a China e as tensões que o Brasil participa aqui elas não se comunicam e dá a cada um de nossos países condições de não termos as nossas relações entre a limitação destas tensões. Nós vamos também assinar na China acordos muito importantes. Vamos assinar acordos de transportes, acordos de processos industriais, acordos sobre energia, vamos assinar acordo com o setor espacial, vamos assinar acordo no setor de controle de grandes epidemias, na produção de alguns medicamentos, nos quais eles têm um avanço tecnológico bem mais desenvolvido que o nosso, como o controle da malária, da esquistossomose.

E nós temos tido nestes dois anos uma relação muito intensa. Basta dizer que nós temos hoje aqui neste momento em que eu estou indo para a China três missões chinesas no Brasil. Temos tido constantemente missões chinesas no Brasil, como temos missões brasileiras na China. Essa aproximação Brasil/China tem que, naturalmente como aconteceu na América Latina, ser aberta a outros países do mesmo nível que Brasil e a China, de porte médio e em desenvolvimento, sem dúvida vai possibilitar também a nível mundial uma participação brasileira. Já dentro do contexto da política internacional nossa, já o Brasil saindo da primeira etapa em relação à América Latina e já dando um passo em relação a uma visão mundial dos problemas dos países em desenvolvimento. Esta é a síntese que eu queria fazer e estou à disposição de vocês.

Presidente, o comércio bilateral vem decaindo desde 1985. O que o senhor pretende fazer para mudar essa situação?

O comércio, no caso com a China, não é o mais importante. Nós já tivemos um comércio com a China, em 85, que chegou a 1,2 bilhão de dólares, e nosso objetivo, quando estive aqui o ministro Zao Ziang, foi reto-

mar, como estamos tentando retomar. Mas, tanto a China como o Brasil passaram a enfrentar problemas de limitações de importações, o que fez com que nós restringíssemos um pouco essas trocas comerciais. Mas o que é importante em relação à China é justamente a parte de ciência e tecnologia, quer dizer, nossos dois países podem juntar esforços e dar um passo muito importante. Por exemplo, para que isso não fique no terreno das palavras, nós firmamos com a China um acordo que já vem, e que agora vamos concretizar, de cooperação espacial.

Como nós sabemos, o Brasil tem um programa espacial chamado Missão Espacial Completa Brasileira e se destinava a lançar satélite brasileiro em 1989. Para isso, o Brasil está construindo o Centro Experimental, temos INPE, (Instituto de Pesquisas Espaciais), temos o laboratório que construímos já neste Governo, em Campinas, de satélite. Nós já estamos com um pequeno satélite pronto para testes. Mas temos grandes dificuldades em relação a vetores, quer dizer, foguetes para levar esses satélites ao espaço, bem como fazer o rastreamento e torná-los inteligentes, e essa tecnologia cada vez mais estamos tendo problemas. Os países desenvolvidos não nos vendem, não fazem intercâmbio, e cada vez mais são restritivos para que países do nosso porte desenvolvam tecnologia de ponta.

A China, por exemplo, domina uma tecnologia de vetores muito importante. Ela já tem espaço muito importante nessa área, como o Brasil em matéria de informática e eletrônica está um pouco à frente, nós podemos complementar. Então, no programa espacial, por exemplo, que vamos firmar, vamos dar um passo importante, digo mesmo para a humanidade, porque vamos romper as hegemonias dos países desenvolvidos, das grandes potências. Hoje nós temos dois sistemas de satélites, de sensoriamento, no mundo inteiro, que é o Land-Sat, sistema americano, e temos o sistema Spot, que é o europeu (francês). Pois bem, nós vamos lançar, a partir de agora, juntamente com a China, dois satélites a nível mundial, um em 1992, na China, e outro, em 1994, no Brasil, em Alcântara, no Maranhão, cuja base estará pronta

em 1990 para lançar satélites.

Então, países em desenvolvimento, em nível que não é o dos países desenvolvidos, se juntam com tecnologias e conseguem dominar uma tecnologia dos países avançados. Este é o ponto extremamente importante dessa viagem. Esse programa tem quatro etapas, a primeira de viabilidade, já concluída. A segunda etapa será a identificação do modelo. Em princípio, nós teremos um modelo do satélite 1.300 K, que já é um satélite muito grande. Basta dizer que o Land-Sat tem 1.700, e será um satélite muito mais moderno que os dois que estão na órbita, porque o nosso vai ter um avanço tecnológico de 10 anos à frente. O deles já foi lançado há oito anos. Então nós vamos sair com uma tecnologia bem mais moderna com o satélite sino-brasileiro. A terceira etapa será a da construção de foguetes e satélites. A quarta etapa é a relativa ao lançamento. O cronograma do programa está todo detalhado. Nós temos tido troca de missões, de dados, e estamos trabalhando conjuntamente nesse grande projeto. Não é uma coisa utópica, só no terreno das palavras. É uma coisa concreta que estamos iniciando, de juntarmos tecnologia.

Eu acho que o Brasil não tem muita presença do que significa a política externa. Nós estamos no mundo totalmente interdependente. Num mundo que cada vez fica menor, ninguém pode ser autárquico. O mundo em que, até o fim do século, início do próximo século, nós vamos ter uma revolução cada vez maior no sentido tecnológico. A Ciência tem que ser um patrimônio da humanidade. A Ciência tem que ser um patrimônio do Homem. A Ciência não pode ser um bem econômico. O que os países altamente desenvolvidos têm procurado fazer é transformar as descobertas científicas em bens econômicos, quer dizer, como se fossem negociações entre empresas privadas e não conquistas que sejam colocadas a serviço do Homem.

Para romper com essa hegemonia é que nós achamos que é possível que os países menos desenvolvidos possam se unir. Essa tem sido a minha visão. A visão que foi desenvolvida em relação à América Latina e que agora estamos extrapolando a

outros países, como é o caso da China.

O senador faz uma declaração de guerra aos países ricos quando diz que vamos romper com a hegemonia dos países ricos. Na primeira parte da política externa voltada para a América Latina havia a questão da dívida que não houve, de parte dos países desenvolvidos, uma compreensão para o problema. Agora então o senhor vai tentar enfrentá-los com uma questão na área tecnológica?

Não. Não é o problema de enfrentá-los, é que se nós juntarmos conhecimento nós chegaremos ao nível deles. Esse é que é o grande problema. Nós temos que complementar economias. Por exemplo, a China é um exemplo. O caso da China se ela ficar só na área de foguetes e nós só na área da informática e eletrônica. Se juntarmos nós conseguiremos chegar ao nível dos outros países. Foi uma coisa que propus em Acapulco, para que juntássemos cérebros, de todos os nossos países, embora não tivéssemos em países mais pobres equipes mais importantes. Mas que cada um colocasse um grupo que está trabalhando e se juntasse, nós tínhamos condições de fazer isso. Essa tendência não está sendo feita somente em relação a países do nosso porte. Na Europa também, na corrida que ela está com os EUA, com o projeto Eureka e o Sorits. São projetos também em que eles estão se unindo, trocando tecnologias, embora mais avançadas, mas procurando se unir para romper determinadas barreiras.

Há um mundo fascinante à frente, que é realmente extraordinário e o Brasil tem que se preparar para ele. Quer dizer, aquela idéia de estarmos participando, que era a idéia do Clube de Roma, de um planeta exaurido de recursos naturais, que iam se acabar, que ia ser a grande catástrofe, nesses dez anos mudou completamente. O que se está assistindo é o princípio da criação. E quase de produção agrícola, quer dizer cada vez mais o homem está indo ao fundo das leis que governam nosso sistema de vida e tendo posições de não ter limites. Essa aí é a grande temática do mundo. Então o Brasil não pode ficar na discussão dessas teses menores. Isso não é sonhar, é tentar abrir espaços.

A China hoje controla a tecnologia de construção de miniusinas hidrelétricas e o Brasil a de grandes usinas, de alto custo. Não há interesse em assinar convênios nesse campo?

Este é um dos convênios que vamos firmar. Como eles têm tecnologia de pequenas usinas nós temos de grandes usinas. Então nós vamos fornecer à China a tecnologia que já dominamos e eles vão nos passar a sua experiência em pequenas usinas. Como também nós vamos — a China tem um grande atraso em matéria de produção industrial — dar patentes industriais de alguns setores. Vamos ajudá-los. Porque o Brasil não tem condicionalidade, não busca hegemonias. Ent-ao, nós temos condições de ajudar, de participar, em benefício da humanidade, sem as restrições que têm as transnacionais. Porque o nosso sentido não é comercial. Eu vou dizer isso na conferência que vou fazer na Universidade de Pequim: que a Ciência é patrimônio do homem. Ela não deve ser destinada unicamente à comercialização.

Politicamente, essa viagem vai traduzir o interesse brasileiro de conhecer de perto as grandes transformações que estão ocorrendo na China?

Há um provérbio chinês que diz que é melhor ver uma vez do que ouvir cem vezes. Mas na realidade nós vamos assinar acordos, firmar um relacionamento mais definitivo.

Vôo fará 4 escalas em 28 horas

Vinte e oito horas e cinco minutos é o tempo mínimo previsto para o voo iniciado ontem pelo presidente José Sarney em sua viagem a Pequim, onde chegará domingo de manhã, depois de fazer quatro escalas: Manaus, Los Angeles (com pernoite), Anchorage e Xangai.

Sarney seguiu às 14h45, acompanhado por uma comitiva oficial de 27 pessoas, mas quem assistiu ao seu embarque na base aérea acreditada que o número de brasileiros passa de 100 se somado aos 30 que já se encontram na China, desde a semana passada. Ontem, partiram dois aviões, o do Presidente e o outro considerado "reserva", com funcionários civis e militares do Palácio do Planalto e do Itamarati, mas um deles está fazendo o percurso pela segunda vez depois de ter levado a Pequim o escalão avançado encarregado de preparar a viagem de Sarney à China.

A construção de dois satélites com os chineses será o acordo mais importante durante a visita de cinco dias à China, que começa em Pequim. Ainda no domingo, o Presidente visitará o palácio Imperial na Cidade Proibida,

mas as honras oficiais serão dadas segunda-feira, numa cerimônia de boas vindas, prevista para às 9 horas, na praça da Paz Celestial. Sarney será recebido pelo presidente chinês Yang Changkun e às 10 horas terá um encontro com o primeiro-ministro Li Peng, cuja duração será de 90 minutos.

A tarde, Sarney receberá o título de Doutor Honoris Causa outorgado pela Universidade de Pequim junto a qual o Itamarati está desenvolvendo gestões para que o Presidente faça uma conferência, dia 5, sobre ciência e tecnologia, uma área muito promissora na cooperação entre os dois países. Ainda na segunda-feira, Sarney terá a satisfação de assistir ao lançamento de seu livro Norte das Águas em chinês e à noite, terá um jantar no Palácio do Povo, oferecido pelo presidente Changkun.

Terça, dia 5, o Presidente depositará flores no monumento dos heróis do povo e se encontrará com o secretário-geral do PC chinês Zhao Ziyang, que esteve em Brasília em 85, quando era primeiro-ministro. Também, haverá um encontro com Deng Xiaop-

ping, o principal artífice das reformas da China. O dia se encerra com um coquetel na embaixada do Brasil.

Quarta, dia 6, Sarney terá a manhã livre para passeio turístico devendo visitar a Grande Muralha e os túmulos da dinastia Ming, antes da assinatura de oito protocolos de cooperação com a China. As 16 horas, ele embarca para Xian, num avião militar chinês, onde terá um encontro com o governador da província de Xangai e no dia seguinte, 7, verá um museu e um antigo palácio imperial. Neste dia, Sarney irá, depois do almoço para Xangai, onde terá o último pernoite na China. Dia 8, ele visitará o complexo siderúrgico de Baoshan que recebe minério de ferro brasileiro exportado pela Companhia Vale do Rio Doce e ainda verá um centro de tecnologia espacial. As 18 horas, o Presidente embarca rumo a Honolulu (EUA), num voo de 9 horas e fará uma escala de três, antes de seguir viagem (mais 5 horas) para Los Angeles. Sua chegada à Califórnia está prevista para às 19 horas de sexta-feira, mas ele deixará Los Angeles sábado às 21 horas quando voará a Brasília.